

CAROLINA SAAVEDRA CENCI

**A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E O IMPACTO NA INDÚSTRIA
PARANAENSE NOS ANOS 90.**

**Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof.º Thierry Moinar Prates

CURITIBA

2004

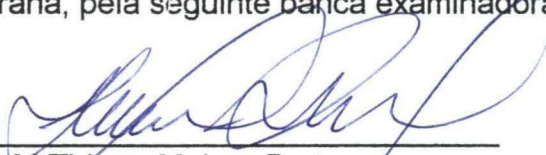
TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINA SAAVEDRA CENCI


A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E O IMPACTO NA INDÚSTRIA
PARANAENSE NOS ANOS 90.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____


Prof.º Thierry Molnar Prates
Departamento de Economia, UFPR


Prof.º Dr. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR


Prof.º Dr. José Gabriel M. Procile
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, __ de _____ de 2004

Dedico esta monografia aos meus pais Neide Maria Saavedra Cenci e Eduardo Enrique Cenci, por todo amor, aos meus irmãos Daniela Saavedra Cenci e Alexandre França Salomão, e ao Joe Felipe Quintero pela amizade e carinho.

Agradeço ao professores, Thierry Moinar Prates, pela atenção, orientação e tempo dispensado para a realização dessa dissertação e também aos professores que aceitaram fazer parte da banca examinadora, Demian Castro e José Gabriel M. Procile.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de liberalização comercial no Brasil e as conseqüências na estrutura industrial do Paraná na década de noventa. A justificativa básica dada pelo governo para a expansão comercial era que o modelo de substituição de importações acarretou num conjunto excessivo de setores produtivos com estruturas de mercado ineficientes e lucros abusivos, que só se mantinham com uma proteção excessiva. O fim das barreiras comerciais aumentaria o acesso a insumos de melhor qualidade e, ao elevar a concorrência, forçaria a indústria nacional a aprimorar seus produtos e seus métodos de produção. Dessa forma o governo buscava a estabilidade de preços e o aumento da produtividade da indústria nacional. A indústria paranaense vem se destacando no panorama do comércio exterior nacional e com a expansão comercial pode-se observar algumas alterações importantes na sua estrutura. O trabalho mostra um retrato básico da indústria do Estado e quais foram os principais impactos da abertura comercial sobre ela.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- EVOLUÇÃO DA TARIFA NOMINAL – 1985 –1997.....	12
TABELA 2 -MERCOSUL: EXPORTAÇÃO DE BENS – COMPARAÇÃO ENTRE OS TRIÊNIOS 1988/90 E 1998/2000	14
TABELA 3 - BRASIL: BALANÇA COMERCIAL 1989-2001	16
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1985 – 2000	19
TABELA 5 - COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO (CE) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000	31
TABELA 6 - COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO (CI) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000	33
TABELA 7 - COEFICIENTES DE PENETRAÇÃO (CP) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000	35
TABELA 8 – ESTRUTURA DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ – 1990-2000	37
TABELA 9 - ESTRUTURA DA PAUTA DE IMPORTAÇÃO DE INSUMOS DA INDÚSTRIA DO PARANÁ –1990-2000	39

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES DOS PMMs: COMPARAÇÃO ENTRE OS TRIÊNIOS 1988/90 E 1998/2000	14
GRÁFICO 2 - BRASIL: INFLAÇÃO (IGP-DI) – 1993-1996	15
GRÁFICO 3 - BRASIL: TAXA DE CÂMBIO NOMINAL DE JANEIRO DE 1994 A JULHO DE 2001	16
GRÁFICO 4 - COEFICIENTES DE COMÉRCIO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ – 1990-2000	22
GRÁFICO 5 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA ESCALA E DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA DO PARANÁ – 1985-2000	26

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE GRÁFICOS	ii
INTRODUÇÃO	01
1 BREVE RESENHA DA LITERATURA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	03
1.1 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	03
1.2 LIBERALISMO X PROTECIONISMO	05
1.2.1 ANALISANDO AS TARIFAS	06
1.2.2 A DEFESA DO LIVRE COMÉRCIO	07
1.2.3 A PROTEÇÃO COMERCIAL	08
2 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL	10
2.1 POLÍTICA COMERCIAL PRÉ 1990	10
2.2 A ABERTURA COMERCIAL PÓS 1990: MERCOSUL	11
2.3 O PLANO REAL E OS DESEQUILÍBRIOS MACROECONÔMICOS	15
3 OS IMPACTOS NA INDÚSTRIA PARANAENSE	18
3.1 RETRATO BÁSICO DA INDÚSTRIA PARANAENSE	18
3.2 REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	20
3.3 A INTEGRAÇÃO COMERCIAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE	21
3.3.1 COEFICIENTES DE COMÉRCIO EXTERIOR	22
3.3.2 COMPETITIVIDADE E COMÉRCIO EXTERIOR	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
ANEXO	30
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	41

INTRODUÇÃO

A principal crítica aos regimes de economia fechada é baseada na teoria das vantagens comparativas, que destaca os ganhos de bem-estar advindos de uma eficiência alocativa.

Dessa forma, seria possível elevar a renda real da população através da especialização da produção nos setores nos quais o país possua vantagens comparativas, seja em termos de tecnologia (no caso Ricardiano) ou de dotação de fatores (no caso Heckscher-Ohlin). Esse argumento permanece até hoje como a mais sólida defesa da política de liberalização comercial. (MOREIRA; CORREA, 1996)

No início dos anos 80, as políticas de liberalização comercial se generalizaram entre os países em desenvolvimento. Os defensores da abertura comercial afirmam que o fim das barreiras comerciais aumentaria o acesso a insumos de melhor qualidade e, ao aumentar a competição, forçaria a indústria nacional a aprimorar seus produtos e seus métodos de produção. (ROSSI JR; FERREIRA, 1999, p.01).

No Brasil, a liberalização se iniciou em 1988 e caracterizou-se, principalmente, pela revogação de regimes especiais de importação, fim da maioria dos incentivos fiscais às exportações, redução da redundância tarifária média, extinção de grande parte das barreiras não-tarifárias e redução das tarifas de importação.

Logo, os efeitos dessa abertura comercial, assim como seus custos e benefícios para a economia nacional têm sido assunto constante da literatura nos últimos anos. Por isso é importante avaliar a forma e o ambiente macroeconômico em que ela vem se realizando.

O estado do Paraná tem despertado interesse em âmbito nacional, por ter sido palco privilegiado das transformações em curso: a construção de perfil produtivo com presença maior de setores de bens de consumo durável e de capital; a reestruturação do complexo agroalimentar – em ritmo muito influenciado pelo Mercosul - ; e uma intensa redistribuição patrimonial envolvendo fusões,

aquisições e privatização de serviços de infra-estrutura. (VASCONCELOS; CASTRO, 1999)

Com a economia paranaense tornando-se cada vez mais efetiva e importante no panorama do comércio exterior nacional, é relevante estudar qual o impacto particular desse processo de abertura comercial sobre a indústria do Paraná nos anos 90.

Para tanto, será utilizada a classificação feita pelo IPARDES, de 60 ramos industriais – conforme a intensidade tecnológica – para definição de três grupos industriais: tecnológico, fornecedor e tradicional.

Para a análise da capacidade produtiva dos ramos industriais e da indústria como um todo, serão utilizados dois tipos de indicadores: capacidade instalada (CI) e malha produtiva (MP). Já a análise do comércio exterior, será feita a partir dos coeficientes de exportação (CE), importação (CI) e penetração (CP).

Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar como a expansão comercial tem influenciado na estrutura industrial do Paraná. Portanto, ele se encontra dividido em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma análise da literatura sobre comércio internacional. O segundo capítulo descreve o processo de liberalização comercial no Brasil. E o terceiro capítulo mostra a situação da indústria paranaense na década de 90 e discute os impactos da abertura comercial na sua estrutura.

1. BREVE RESENHA DA LITERATURA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.

1.1 Teorias do Comércio Internacional

A primeira explicação teórica que justifica a existência do comércio exterior ficou conhecida como Teoria das Vantagens Absolutas e foi apresentada por Adam Smith, em sua obra Riqueza das Nações, publicada em 1776.

De acordo com Smith, a riqueza das nações é resultado do aumento da produtividade do trabalho, este por sua vez depende da divisão do trabalho. Mas a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado. Assim, se o comércio internacional aumenta o mercado para os produtos produzidos domesticamente, ele permite um aprofundamento da divisão do trabalho, propiciando um aumento da riqueza das nações. (GONÇALVES et al., 1998, p. 12).

Através do comércio internacional um país exportaria as mercadorias que produz mais barato e com maior eficiência que os outros, e importaria aquelas que produz mais caro e que não seria capaz de obter sem o comércio internacional.

Dessa forma, a Teoria das Vantagens Absolutas demonstra que a especialização e o comércio permitem aumentos da produção e do consumo, e portanto, a melhoria do bem-estar material de todas as nações que os praticam.

No início do século XIX, David Ricardo demonstrou que não é necessária a existência da vantagem absoluta para que a especialização e o comércio sejam vantajosos. Ou seja, mesmo que um país tenha desvantagem absoluta em todos os produtos que produz, ainda assim será vantajoso para ele especializar-se no produto que ele tiver vantagem comparativa. Este conceito desenvolvido originalmente por Ricardo, mostra que o padrão de produção de um país é determinado pelas vantagens comparativas.

Nesse modelo, o comércio bilateral é sempre mais vantajoso que a autarquia para duas economias cujas estruturas de produção não seja parecidas.

Assim, é necessário e suficiente que as quantidades relativas de trabalho para produzir certo produto em cada economia sejam distintas para que o comércio exterior seja vantajoso para ambas. (GONÇALVES et al., 1998, p. 14).

Ou seja, esta abordagem conhecida como modelo Ricardiano, enfoca o comércio internacional como resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho.

A principal crítica aos regimes de economia fechada é justamente baseada na Teoria das Vantagens Comparativas, que destaca os ganhos de bem-estar advindos de uma alocação ótima dos recursos produtivos.

O trabalho de Heckscher-Ohlin traz outro ponto de vista, no qual a ênfase está na diferença de dotações relativas de fatores, isto é, nas diferenças entre os recursos dos países.

Assim, segundo a teoria de Heckscher-Ohlin, os países tendem a exportar bens que são mais intensivos em fatores dos quais são dotados abundantemente. Krugman e Obstfeld descreveram o modelo H-O da seguinte forma:

Esse modelo mostra que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação (a abundância relativa dos fatores de produção) e a tecnologia da produção (que influencia a intensidade relativa com a qual fatores diferentes de produção são usados na produção de bens diferentes) . (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001 pg 69).

Apesar da defesa do livre comércio ser antiga, surgiram novos argumentos importantes que podem ser divididos em: estáticos e dinâmicos. De acordo com MOREIRA e CORREIA (1996), esses argumentos são definidos da seguinte maneira:

- Dentre os argumentos estáticos (associados à teoria de comércio internacional), estão aqueles referentes: à diversidade de produtos (já que nenhum país consegue produzir sozinho uma quantidade tão variada de produtos quanto aquela fornecida pelo comércio internacional, além da possibilidade do produtor ter acesso a insumos e bens de capital mais específicos); às eficiências técnicas e de escalas (cortar custos e elevar a produtividade em função da maior competição e da ampliação do mercado

potencial); e ao fenômeno de rent-seeking. Além disso, pode-se mencionar o argumento de que as economias abertas estão mais preparadas para enfrentar choques externos adversos.

- Os novos argumentos dinâmicos (associados às novas teorias do crescimento) procuram relacionar comércio e crescimento. Ao considerar o progresso técnico como sendo um fator passível de “endogeneização” pelas firmas, o vínculo entre o comércio internacional e o crescimento econômico ocorre através de quatro canais: a) o fluxo de idéias e de tecnologias reduz os custos de inovação; b) a competição internacional evita a duplicação dos gastos com P&D em níveis mundiais; c) a integração comercial aumenta o mercado potencial, criando a possibilidade de se explorar economias de escala; e d) na abertura do comércio entre países com dotações de fatores diferentes, o mercado levará os setores produtivos locais a se especializarem.

1.2 Liberalismo x Protecionismo

Desde Adam Smith a defesa do livre comércio como forma de gerar ganhos de bem-estar e de difundir o desenvolvimento econômico vem recebendo o apoio da maioria dos economistas. No entanto, mais recentemente, a visão contrária é defendida por vários economistas na discussão sobre política comercial estratégica. Ou seja, muitos economistas de países centrais vêm apresentando novos argumentos defendendo o uso da intervenção estatal como um mecanismo para corrigir falhas de mercado nas relações econômicas internacionais e aumentar a capacidade de geração de renda doméstica, ou redistribuir domesticamente os ganhos do comércio exterior. (GONÇALVES et al., 1998, p. 39).

Dessa forma, o debate sobre protecionismo e liberalização comercial é importante por trazer diferentes opiniões a respeito dos ganhos advindos do livre comércio e a sua relação com o desenvolvimento econômico.

1.2.1 Analisando as Tarifas

A tarifa é a mais simples das políticas de comércio e se resume num imposto cobrado quando um bem é importado. O objetivo da tarifa é elevar o custo dos bens embarcados para um país, além de ser usada como fonte de renda do governo.

Nos últimos tempos a importância das tarifas foi reduzida, os governos preferem proteger as indústrias domésticas através de barreiras não tarifárias, como cotas de importação (limitações sobre a quantidade importada) e restrições de exportações (limitações sobre a quantidade exportada – geralmente impostas pelo país exportador a pedido do país importador). (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p. 194).

Os efeitos de uma tarifa específica podem ser demonstrados no seguinte exemplo: na ausência da tarifa, o preço do trigo seria igual nos dois países, Local e Estrangeiro. A introdução da tarifa de US\$ t leva a um aumento do preço no país Local e uma redução no preço do Estrangeiro, já que os exportadores não embarcarão o trigo do Estrangeiro para o país Local, a não ser que o preço do Local exceda o preço do Estrangeiro em no mínimo US\$ t . No país Local, os produtores ofertam mais pelo preço elevado, os consumidores demandam menos (de modo que menos importações são demandadas) e o governo ganha com o aumento de sua receita tributária. No Estrangeiro, o preço mais baixo leva à redução da oferta e ao aumento da demanda e, dessa forma, a uma oferta de exportação menor. Assim, o volume do trigo comercializado declina. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p. 197).

Os efeitos líquidos sobre o bem-estar de uma tarifa consistem na perda pela distorção da produção (já que os produtores Locais são levados a produzir muito desse bem que poderiam comprar mais barato no estrangeiro) e na perda pela distorção do consumo (uma vez que os consumidores passam a consumir pouco do bem devido à alta do preço), mas em contrapartida, estão os ganhos

dos termos de troca (que ocorrem com a redução do preço de exportação estrangeiro).

Vale notar que, no caso do país pequeno, que não pode afetar substancialmente os preços estrangeiros, os ganhos dos termos de troca são eliminados, de forma que os custos de uma tarifa excedem seus benefícios. No entanto, estão sendo ignorados os ganhos sociais que o aumento da produção doméstica pode acarretar, como por exemplo, o emprego de mão-de-obra e o efeito multiplicador desse acréscimo na produção doméstica. Quando o modelo capta esses efeitos, os benefícios sociais marginais são maiores que as perdas de bem-estar devidas à imposição da tarifa. (GONÇALVES et al., 1998, p. 43).

1.2.2 A Defesa do Livre Comércio

Dado que uma restrição comercial, como uma tarifa, leva a distorções da produção e do consumo, e o deslocamento para o livre comércio elimina essas distorções e aumenta o bem-estar nacional, então o livre comércio é mais eficiente.

Além de mais eficiente, há o argumento de que o livre comércio traz ganhos adicionais:

Um tipo de ganho adicional envolve economias de escala. Os mercados protegidos não apenas fragmentam a produção internacional, mas, reduzindo a concorrência e aumentando os lucros, eles também levam muitas empresas a entrar na indústria protegida. Com a proliferação de empresas em mercados domésticos restritos, a escala de produção de cada uma se torna ineficiente. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p. 227).

Outro argumento é que, ao incentivar as empresas a exportar e concorrer com importações, o livre comércio abre mais oportunidades de crescimento e inovações do que num sistema onde o governo define o padrão das importações e exportações.

Segundo MARKWALD (2001), os resultados previstos pelos defensores da reforma comercial seriam: (i) uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos, beneficiando particularmente os setores intensivos em mão-de-obra

de baixa qualificação, além dos setores intensivos em recursos naturais; (ii) o aumento generalizado da produtividade, como resultado do ambiente mais competitivo, do maior acesso a insumos e bens de capital importados, da introdução de inovações gerenciais e de novos modelos organizacionais, da especialização produtiva, do aumento das escalas de produção e, por último, da redução dos custos e eliminação do desperdício; (iii) o aumento do investimento, com o objetivo de viabilizar o incremento das escalas de produção; (iv) a elevação do gasto privado em P&D e capacitação tecnológica; (v) o aumento expressivo das importações; e (vi) o aumento concomitante das exportações, em decorrência da eliminação do viés anti-exportação.

1.2.3 A Proteção Comercial

Entretanto, nem sempre a introdução de uma tarifa pode ser considerado um mau negócio. Existem alguns modelos nos quais o uso da tarifa seria vantajoso.

Um desses modelos pode ser descrito da seguinte forma: a premissa é de rendimentos crescentes de escala para a indústria doméstica de um bem X , em um país pequeno, onde aos preços vigentes no mercado internacional a oferta em livre comércio é infinitamente elástica. Suponha que o país representado ficou atrasado em relação ao resto do mundo na produção do bem X . Ao preço internacional y^* não poderá haver início da produção, pois o custo para se produzir o bem X domesticamente é maior que y^* . Com a introdução da tarifa US\$ t , o preço estrangeiro fica mais caro que o doméstico e surge daí a oferta doméstica. O aumento da produção interna faz o preço do bem X cair e conseqüentemente, o consumo do produto passar a ser maior do que na situação de livre comércio. Já o preço de equilíbrio em autarquia será menor do que no livre comércio. (GONÇALVES et al., 1998, p. 43).

É possível também que em alguns casos os benefícios dos termos de troca de uma tarifa superem seus custos. Para um país grande, existe uma tarifa ótima

onde o bem-estar nacional é maximizado. Ela é sempre positiva, porém inferior à tarifa proibitiva que eliminaria todas as importações.

No caso de um país grande, a imposição de uma tarifa pode aumentar o nível de bem-estar doméstico, dependendo do efeito dessa tarifa nos preços internacionais. Isto é, suponha a situação em que a imposição de uma tarifa por um grande país reduza o consumo mundial e o preço desse produto. Se a queda do preço mundial for tal que compense o aumento da tarifa, a economia doméstica poderá se beneficiar da manutenção do preço doméstico desse produto, e ainda se apropriar de uma renda equivalente à perda do resto do mundo com a redução do preço do produto. Essa tributação é chamada na literatura econômica de tarifa ótima. (GONÇALVES et al., 1998, p. 45).

O argumento da falha do mercado local contra o livre comércio prevê que se a produção de um bem permite benefícios sociais extras, uma tarifa pode aumentar o bem-estar. Ou seja, quando ocorrem falhas do mercado local (por exemplo, o mercado de trabalho não está equilibrado ou o mercado de capitais não está distribuindo bem os seus recursos) se a produção de um bem gerar benefícios para a economia como um todo, então esse benefício social marginal pode compensar a imposição de uma tarifa ou de outras políticas comerciais. Mesmo não sendo o comércio internacional a origem do problema, políticas de comércio podem ajudar a solucionar as falhas do mercado local. Dessa maneira, a política comercial estratégica aceita a idéia de que há falhas de mercado que podem ser corrigidas pela intervenção do governo.

2. A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL

2.1 Política Comercial pré 1990

No início dos anos 80, as políticas de liberalização comercial começam a se difundir entre os países em desenvolvimento, e junto com elas a esperança de que o livre comércio traga melhoria do bem-estar e crescimento econômico.

Embora tenha iniciado sua abertura bem mais tarde que os outros países, o ano de 1988 marca definitivamente a liberalização comercial no Brasil. Porém, nas duas décadas que precederam ao processo de abertura comercial, o Brasil foi uma das economias mais fechadas do mundo.

MOREIRA E CORREA (1996), afirma que a estratégia de substituir importações fora levada a extremos, e a parcela de importados no consumo doméstico de bens manufaturados chegara a níveis “soviéticos”¹.

Além disso, na década de 80 o Brasil enfrentou um conjunto de choques adversos, e a crise do setor externo acabou por reduzir a margem de manobra da política econômica brasileira em duas medidas: (i) políticas contracionistas fiscais e monetárias e (ii) maior restrição às importações, com o objetivo de se obter superávits comerciais em virtude da crescente dívida externa. A política cambial volta nesse momento a ser usada como forma de controlar a inflação.

OLIVEIRA² citado por GONÇALVES et al. (1998, p. 104-105) afirma que a geração de superávits comerciais dependia das medidas de controle das importações. Tais medidas foram: (i) as “suspensões temporárias” da emissão de guias de importação de uma série de produtos que passaram a ter sua importação proibida; (ii) a exigência de financiamento externo das importações; (iii) o Banco Central passou também a exercer controles sobre o comércio exterior e (iv) o estabelecimento de programas de importação, por meio dos quais as firmas

¹ 4,8% em 1989.

² Oliveira, G. **Brasil – FMJ – Frustrações e Perspectivas**. São Paulo: Biental, 1993.

deveriam a cada ano negociar individualmente com a CACEX seus níveis de importações anuais.

Enfim, no final dos anos oitenta iniciou-se o processo de abertura comercial que fazia parte da Nova Política Industrial, com a finalidade de modernizar e aumentar a competitividade do parque industrial, e propunha, entre outras medidas, alguns incentivos fiscais (inclusive com a isenção do imposto de importação). Nesse momento, a proteção da indústria doméstica deixa de ser o principal instrumento de política industrial no Brasil.

A justificativa básica dada pelo governo para a expansão comercial era que o modelo de industrialização via substituição de importações, acarretou num conjunto excessivo de setores produtivos com estruturas de mercado ineficientes e lucros abusivos, que só se mantinham com uma proteção excessiva. A intenção era reduzir as margens de lucro e garantir o acesso a bens de capital e ao progresso tecnológico.

Dessa forma, a reforma ocorrida em 1988 se caracterizou principalmente:

... pela redução da redundância tarifária média (de 41,2% para 17,8%) e pela pequena alteração na estrutura tarifária, tendo sido abolidos os regimes especiais de importação (exceto os Vinculados ao drawback, desenvolvimento regional, incentivo às exportações, governo, Beflex e acordos internacionais) e unificados os diversos tributos incidentes sobre as compras externas, reduzindo-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local (a tarifa média passou de 51,3% para 37,4%, a modal de 30% para 20% e a amplitude de 0-105% para 0-85%). (MOREIRA ; CORREA,1996, p. 17).

2.2 A abertura comercial pós 1990: Mercosul

Na segunda fase do processo de liberalização comercial, a partir de 1990, foi extinta a maior parte das barreiras não–tarifárias:

Entre as barreiras não-tarifárias, foram eliminados a obrigatoriedade de elaboração de programas de importações por empresas, a proibição de aquisição externa de cerca de 1200 produtos incluídos na lista que compunha o Anexo C, a exigência de anuência prévia de órgãos da administração federal para importação de produtos específicos e o requisito de financiamento externo para importações de bens de capital beneficiados com redução para zero nas alíquotas do imposto de importação. (MOREIRA; CORREA, 1996, p. 17).

Além disso, foi aplicado um cronograma de redução gradual (entre 1991 e 1994) das alíquotas de importação. O cronograma tarifário foi mantido somente até outubro de 1992, quando ocorreu uma antecipação das reduções tarifárias previstas para 1993 e 1994.

Pela TABELA 1 pode-se observar como evoluiu o sistema brasileiro de tarifas nominais e a mudança que representou a abertura comercial.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA TARIFA NOMINAL – 1985 –1997. (EM %).

Setor	1985/88	1989/93	1994/97
Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos	87,70	18,97	7,18
Metalurgia	65,15	21,33	12,41
Mecânica	58,88	31,59	16,76
Material Elétrico e de Comunicação	91,73	34,69	18,31
Material de Transporte	105,53	40,65	24,69
Papel e Papelão	75,80	17,34	10,48
Borracha	95,58	37,12	12,63
Química	32,48	16,70	6,63
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	43,28	22,92	8,58
Perfumaria, Sabões e Velas	158,83	44,40	8,58
Produtos de Materiais Plásticos	142,93	34,79	16,38
Têxtil	142,03	39,54	15,18
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	166,55	45,31	19,55
Alimentícia	77,50	23,51	12,53
Bebidas	159,50	54,66	13,93
Fumo	176,10	60,55	10,16
Média	104,97	34,00	13,37

FONTE: PINHEIRO E ALMEIDA (1994), KUME (1996).

NOTA: 1997 - dados preliminares baseados na tarifa comum do Mercosul.

Outro ponto notável na política comercial do país foi à iniciativa de integração regional, ou seja, a formação do Mercosul – acordo de comércio firmado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Este tratado prevê a formação de uma zona de livre comércio, uma união aduaneira e a constituição de um mercado comum entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Os principais objetivos são promover o comércio intra-regional, modernizar a economia local e projetar a região de forma competitiva no mercado internacional. (AVERBUG, A., 1999, p. 55).

A meta do Mercosul era então criar uma aliança econômica para incrementar o comércio entre os participantes do Acordo, com a abolição progressiva das barreiras alfandegárias entre eles e a adoção de uma tarifa externa comum (TEC) contra os demais países.

O prazo para a adoção dessas medidas foi marcado para até primeiro de janeiro de 1995, mas devido à complexidade de uma integração regional entre os países que o constituem, o processo ocorreu de forma mais lenta.

De acordo com KUME e MARKWALD (1993), o Mercosul apresentou alguns obstáculos singulares que dificultaram seu processo de formação, como por exemplo:

- O baixo grau inicial de interdependência econômica existente entre seus principais membros;
- A intensidade dos desequilíbrios macroeconômicos presentes nos países membros;
- A instabilidade das paridades cambiais;
- O irrealismo dos prazos estabelecidos.

Apesar das dificuldades, pode-se observar um grande avanço no processo de integração, de modo que as exportações brasileiras para os parceiros do Mercosul aumentaram 235% de 1991 a 2000, enquanto as importações subiram 244% (PINHEIRO et al., 2001, p. 10).

De acordo com a TABELA 2, pode-se observar o aumento das vendas entre os países membros do Mercosul, principalmente Argentina e Brasil.

No entanto, as taxas de crescimento das exportações totais e ao resto do mundo de cada país foram muito inferiores às registradas no interior das fronteiras do Mercosul (GRÁFICO 1), o que indica a pouca ênfase dada à capacidade para competir no mercado internacional e com isso elevar o grau de abertura de sua economias.

TABELA 2 - MERCOSUL: EXPORTAÇÃO DE BENS – COMPARAÇÃO ENTRE OS TRIÊNIOS 1988/90 E 1998/2000. (EM %).

País Exportador	Crescimento das Exportações ao Mercosul	Crescimento das Exportações ao Resto do Mundo	Crescimento das Exportações Totais
Argentina	448,0	73,5	123,3
Brasil	435,3	37,8	55,2
Paraguai	50,8	-20,6	6,0
Uruguai	126,8	6,0	43,4

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR A PARTIR DE DADOS DA CEPAL. (AVERBUG, M., 2002 p. 77).

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES DOS PMMs: COMPARAÇÃO ENTRE OS TRIÊNIOS 1988/90 E 1998/2000 .



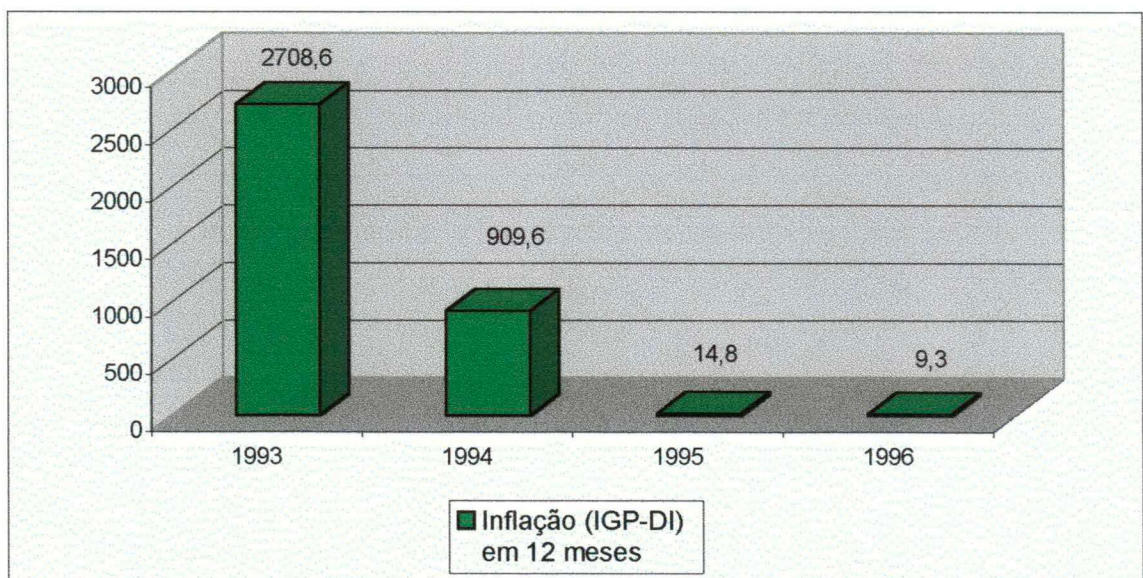
FONTE: AVERBUG, M., (2002).

Em geral, as realizações se deram principalmente no sentido de formar uma zona de livre-comércio e união aduaneira e que motivo foi o aumento do comércio entre esses países. Ou seja, apesar de ter sido criado também para dar condições aos países de alcançar elevadas taxas de crescimento do PIB, sua colaboração nesse sentido foi pequena.

2.3 O Plano Real e os desequilíbrios macroeconômicos.

A partir desse momento, a abertura comercial (ao elevar a concorrência e a produtividade da indústria nacional) junto ao Plano Real buscou reduzir a inflação no país. Anunciado em 1994, o Plano obteve uma grande redução dos níveis de preço. (ver GRÁFICO 3).

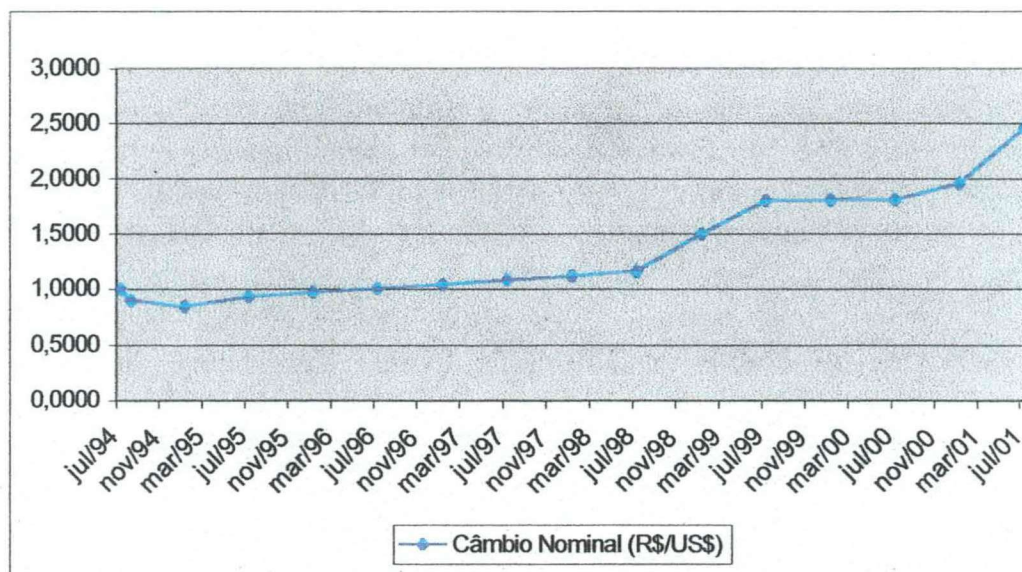
GRÁFICO 2 – BRASIL: INFLAÇÃO (IGP-DI) – 1993-1996. (EM %).



FONTE: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO (MICT).

Com a estabilidade de preços e uma política monetária firme (altas taxas de juros), houve uma maior credibilidade financeira e um acréscimo dos investimentos estrangeiros no país. Além disso, nesse período o real teve uma valorização significativa face ao dólar. (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 – BRASIL: TAXA DE CÂMBIO NOMINAL DE JANEIRO DE 1994 A JULHO DE 2001.



FONTE: BACEN/CONJUNTURA ECONÔMICA

Essas medidas acabaram por resultar num nítido aumento dos déficits fiscal e em conta corrente. A valorização do real provocou uma inversão na balança comercial. Conforme a TABELA 3 pode-se notar que o Brasil passou de um superávit em 1994 para um déficit em 1995, que seguiu pelo resto da década.

TABELA 3 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL 1989-2001. (US\$ MILHÕES).

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.301	-5.554
1997	52.990	61.347	-8.357
1998	51.120	57.550	-6.430
1999	48.011	49.210	-1.199
2000	55.086	55.783	-697
2001	53.695	51.924	1.771

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL, BOLETIM, SEÇÃO BALANÇO DE PAGAMENTOS (BCB BOLETIM/BP), 2003

NOTA: * Dados preliminares até Nov/2001.

Portanto, de acordo com MOREIRA e CORREA (1996, p. 18), a partir de março de 1994, a condução da política de importações passou a se subordinar ao objetivo de estabilização de preços, e várias alíquotas de produtos com participação elevada nos níveis de preços internos foram reduzidas para 0% ou 2%, com objetivo de impedir aumentos de preços a curto prazo. Esse conjunto de medidas liberalizantes, junto à explosão de demanda e à apreciação cambial, acabou por gerar déficits comerciais e por intensificar a necessidade de proteção de alguns setores específicos.

A vulnerabilidade causada pela deterioração das contas correntes do Brasil ficou clara na crise do México em 1995, na crise asiática em outubro de 1997 e chegou ao seu limite na crise Russa em 1998. Em janeiro de 1999, a âncora cambial findou-se dramaticamente, mudando-se o regime cambial de fixo para flutuante. A desvalorização do real trouxe algumas modificações importantes, em 2001, a balança comercial já apresentava superávit.

3. OS IMPACTOS NA INDÚSTRIA PARANAENSE

Esse capítulo procura trazer uma noção do crescimento e da reconfiguração da indústria paranaense. Para tanto, buscou-se quantificá-la a partir de dois tipos de indicadores desenvolvidos pelo IPARDES (2002b):

- Capacidade Instalada (CI): que reflete a quantidade de unidades produtivas, o porte empresarial e as escalas de produção existentes.
- Malha Produtiva (MP): reflete apenas o número absoluto de estabelecimentos em cada agrupamento.

3.1 Retrato Básico da Indústria Paranaense

Em meados da década de 80 se consolidava no Estado, devido ao ciclo de industrialização ocorrido na década anterior, um núcleo de indústrias de bens de capital e insumos intermediários voltado à geração de energia elétrica, telecomunicações, máquinas e equipamentos agrícolas, petroquímica e papel e papelão, ao mesmo tempo em que crescia o desempenho das cadeias agroalimentares e madeireiras.

Observando a TABELA 4, pode-se afirmar que a estrutura da indústria paranaense em 1985 é dada pelos grupos: Tradicional (42%) com destaque para o beneficiamento de grãos; Fornecedor (42%) em especial a agroindústria e a petroquímica; e Tecnológico (15%) que é caracterizado pela concentração da produção em poucas unidades produtivas implantadas entre o final da década de setenta e início dos oitenta (eletroeletrônica, telecomunicações, transporte etc.). No geral, mesmo segmentada, a estrutura industrial nesse período se caracteriza pela forte concentração em poucos ramos. Apesar disso, esse primeiro período (1985-1990), foi marcado por grandes avanços nos Grupos Tecnológico e

Fornecedor e pelo declínio – motivado pelo retrocesso na capacidade da indústria de beneficiamento – do Grupo Tradicional. (IPARDES, 2002b, p. 17).

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1985 – 2000.

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	1985	1990	1995	2000
Grupo Tecnológico				
Eletroeletrônica e de telecomunicações	1,9	6,2	9,5	7,7
Máquinas e equipamentos	7,1	6,4	4,7	3,5
Automotiva	1,3	8,1	7,3	16,1
Produtos químicos	4,7	4,0	4,6	8,0
Total	15,1	24,8	26,0	35,2
Grupo Fornecedor				
Extrativa e minerais não-metálicos	1,8	5,2	3,9	2,6
Siderurgia e metalúrgica	1,4	4,1	2,7	2,8
Petroquímica	10,8	15,0	10,3	13,2
Madeira	5,9	4,4	4,0	3,3
Papel e gráfica	2,4	3,6	5,1	4,2
Agroindústria	20,2	13,2	15,4	12,0
Total	42,5	45,5	41,6	38,2
Grupo Tradicional				
Alimentos	35,9	18,3	18,7	13,5
Couros e peles	0,6	2,2	1,1	1,1
Malharia e confecções	0,9	0,6	2,4	2,1
Bebidas	1,5	2,2	4,5	2,3
Mobiliário	1,7	3,9	2,7	2,6
Artefatos de papel e papelão	0,3	1,3	1,1	1,8
Artigos de matérias plásticas	1,5	1,2	1,8	3,2
Total	42,4	29,7	32,4	26,6

FONTE: IPARDES

No período de 1990-95, a recessão econômica e o processo de abertura comercial provocaram um redimensionamento do tecido industrial, sendo que o grupo Tradicional declinou e o Tecnológico e Fornecedor mantiveram um certo dinamismo com pouca alteração em termos de capacidade instalada.

No terceiro período (1995-2000), o redimensionamento do tecido industrial continuou, porém com menos intensidade que no período anterior, e observou-se a retomada de vários ramos.

Nesse panorama, os Grupos Fornecedor e Tradicional, ainda que tenham recebido investimentos em novas plantas, permaneceram como os mais afetados pela política de abertura comercial e o baixo crescimento do mercado interno, com o CI variando 5,15% e -5,77% e o MP 3,4% e 4,76% respectivamente entre 1995 e 2000. Novamente, destoando dos demais, o Grupo Tecnológico expande-se expressivamente (55% no indicador CI e 25% no indicador MP) e acima da média da indústria. (IPARDES, 2002b, p. 18).

Dessa forma, a indústria paranaense apresenta em 2000 uma composição bem diferente daquela apresentada na década de noventa, dada por uma maior participação do Grupo Tecnológico (35,2%) e Fornecedor (38,2%) e pelo declínio do Tradicional (26,6%).

3.2 Reestruturação Industrial

O Grupo Tecnológico, à partir da segunda metade dos anos 90, passou por uma reformulação em direção à especialização, em especial na indústria automobilística que em 2000 representa quase a metade (45,6%) da capacidade instalada do grupo. A implantação das montadoras permitiu o avanço de outras unidades fornecedoras (como, por exemplo, a indústria de peças e acessórios), porém o alto grau de internacionalização dos fornecedores, a desnacionalização dos fornecedores nacionais e a baixa capacidade tecnológica dos fornecedores locais, trouxeram alguns obstáculos para esse avanço. (IPARDES, 2002b, p.19).

Outros destaques foram às indústrias de eletroeletrônica e de produtos químicos (principalmente na área de inseticidas e fertilizantes), que alcançaram em 2000, participação de 21,7% e 22,6% no grupo.

O Grupo Fornecedor reduziu a especialização em agroindústrias, cuja participação caiu de 47,6% em 1985 para 31,5% em 2000. Isso devido principalmente aos ajustes produtivos nos segmentos do fumo e óleos vegetais. Embora a especialização do grupo tenha se mantido na agroindústria e petroquímica, os segmentos de siderurgia, rações e chapas e placas de madeira tiveram um crescimento bastante significativo.

Essa diversificação se deu na siderurgia em grande parte devido ao fortalecimento intraindustrial, refletindo também sua integração aos complexos

automobilístico e mecânico. A indústria da madeira obteve uma maior integração à indústria do mobiliário, com o fornecimento de chapas e placas de madeira tecnologicamente mais avançadas. (IPARDES, 2002b, p. 24).

No Grupo Tradicional houve declínio na especialização em alimentos em virtude do menor crescimento das indústrias de beneficiamento. Apesar disso, a indústria alimentar permanece como a mais importante do grupo, centrado principalmente na produção de carnes e laticínios. Outros ramos, no entanto, avançaram consideravelmente, como a malharia, confecções, artigos de matéria plástica e de papel e papelão, que juntos representam pouco mais de 25% da CI do grupo.

3.3 A Integração Comercial da Indústria Paranaense

De acordo com IPARDES (2002a), a retomada do crescimento da base industrial no Paraná a partir de meados da década passada, aponta potencialidades para o comércio exterior desse setor produtivo. Primeiro, ao mostrar crescimento e especialização em segmentos de mais sofisticação tecnológica e a tendência à modernização, diversificação e substituição de atividades mais tradicionais. Segundo, ao identificar processos de reorganização que tendem a otimizar a competitividade industrial nos ramos de maior conteúdo de tecnologia e capital e a desfavorecê-la em ramos mais atrasados das indústrias tradicionais, fornecedoras, e, excepcionalmente, em alguns ramos das indústrias tecnológicas.

Para analisar a evolução do comércio exterior na indústria paranaense nos anos noventa, será utilizada a metodologia dos coeficientes de exportação, importação e penetração - desenvolvidos pelo IPARDES (2002a) - conforme definidos abaixo:

$$CE = VS \text{ do Exterior} / VS$$

$$CI = VE \text{ do Exterior} / VE$$

$$CP = VE \text{ do Exterior} / VS$$

Onde:

VS: Valor das Saídas (correspondente ao valor bruto da produção);

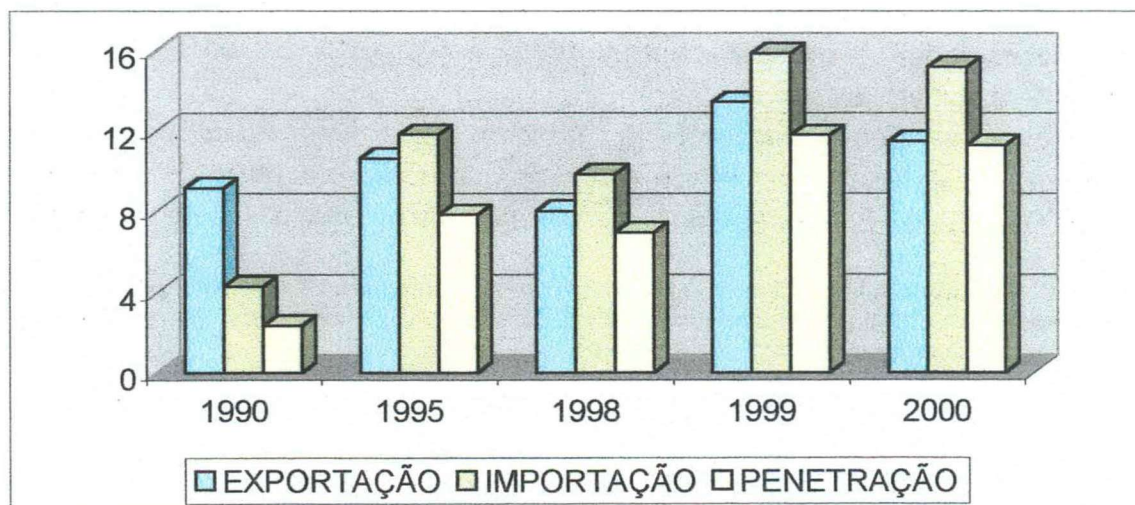
VE: Valor das Entradas (correspondente à compra de insumos para produção).

Ou seja, os coeficientes de exportação representam a porcentagem da produção que é exportada (capacidade de exportação). Por sua vez, os coeficientes de importação e penetração representam a porcentagem dos insumos para produção que é importada, e indica o conteúdo de insumos estrangeiros na estrutura produtiva do Paraná.

3.3.1 Coeficientes de Comércio Exterior

De uma maneira geral, pode-se dizer que o processo de abertura comercial elevou substancialmente o conteúdo importado de insumos e menos expressivamente o conteúdo exportado de bens finais (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4 – COEFICIENTES DE COMÉRCIO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ – 1990-2000. (EM %).



FONTE: IPARDES

O coeficiente de importação foi maior na primeira metade da década em virtude dos reduzidos níveis tarifários e do Plano Real (que proporcionou o aumento do consumo e a valorização cambial). Na segunda metade da década, o aumento das tarifas de vários produtos finais, o desaquecimento da economia doméstica, a crise da economia mundial e a desvalorização cambial de 1999, fizeram cair o ritmo de expansão comercial. Em 2000, os coeficientes totais de exportação e importação de insumos para o Estado eram de, respectivamente, 11,5% e 15,2% (ver anexo, tabela 5 e 6).

Essa diferença na evolução dos coeficientes, com o aumento muito superior dos coeficientes de importação (255,5% entre 1990 e 2000) comparativamente aos de exportação (25,5% na mesma comparação), justificasse, entre outros fatores, pelos impactos diferenciados da abertura comercial sobre a capacidade exportadora e do perfil importador de insumos da base industrial do Estado. (IPARDES, 2002a, p. 07).

Analisando primeiramente os coeficientes de exportação, pode-se notar a manutenção da maior competitividade (no mercado internacional) do grupo fornecedor em relação os demais, com os maiores coeficientes (16,3%). O grupo tecnológico cresceu e registrou em 2000 um CE de 11,63%, o que indica algumas alterações na estrutura da pauta. Já o grupo tradicional apresentou o menor coeficiente (6,1%).

O coeficiente das indústrias fornecedoras mostra o peso do grupo na estrutura industrial do Estado e as vantagens locais na base de sua cadeia produtiva: disponibilidade de recursos naturais e mão-de-obra barata. O destaque do grupo fica para as indústrias de madeira, que passaram de 8,89% em 1990 para 31,47% em 2000, e foi mantido o caráter exportador das indústrias de óleos e gorduras vegetais (31,61%). As indústrias de siderurgia e metalurgia e petroquímica continuaram a abastecer, principalmente, o mercado interno. O mau desempenho da indústria de fumo, que chegou a 51,45% em 1998 e terminou 2000 com CE de 2,26%, se deve ao fato da principal unidade do Estado (Philip Morris) ter sido transferida para o Rio Grande do Sul. (IPARDES, 2002a, p. 10).

O grupo Tradicional, apesar do declínio do CE, manteve o caráter exportador das indústrias de alimento (principalmente os ramos de carne, café, sucos e conservas de frutas e legumes, e açúcar e adoçantes naturais) e couros e peles.

No grupo Tecnológico, a maioria das indústrias não consolidou uma inserção externa, com exceção da indústria automobilística que fechou 2000 em 19,5%.

Os esforços para exportação concentram-se então em ramos já tradicionais (como das agroindústrias e de alimentos), mas aumentaram notoriamente no grupo das indústrias tecnológicas, principalmente no ramo automotivo. Apesar disso, os coeficientes de exportação permanecem baixos, de maneira geral, e indicam que os investimentos recentes têm sido feitos focalizando o mercado interno.

Examinando os coeficientes de importação e penetração (ver anexo, tabelas 6 e 7), pode-se observar um acréscimo significativo dos insumos importados para a produção (chegando em 2000 a 15,2% e 11,3%, respectivamente) devido ao processo de abertura comercial. Este acréscimo se deve principalmente ao aumento da importação de insumos tecnológicos (a sua maioria para a indústria automobilística e eletroeletrônica) na pauta.

No entanto, os grupos fornecedor e tradicional mantiveram baixos CI e CP (ambos em torno de 5% e 4%, respectivamente), o que demonstra a maior competitividade das cadeias de fornecimento dos ramos, já que suas importações são, em geral, de caráter complementar. (IPARDES, 2002a, p. 15).

Ao contrário, o grupo tecnológico buscou intensamente insumos de maior qualidade e tecnologicamente superiores no mercado internacional, dessa forma, o coeficiente de importação saiu de 11,1% em 1990 para 30,1% em 2000, demonstrando não apenas as insuficiências e/ ou falhas das cadeias locais de fornecimento da indústria automobilística e de material elétrico e telecomunicações, mas também das próprias indústrias fornecedoras de insumos

(partes e peças do material elétrico, de comunicação e da automobilística). (IPARDES, 2002a, p.15-16).

3.3.2 Competitividade e Comércio Exterior

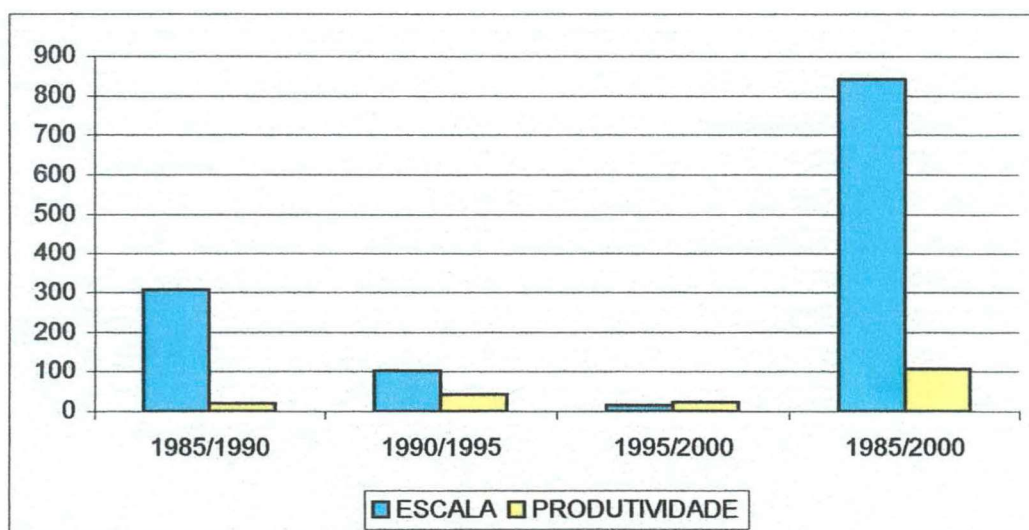
Nos anos 90, a indústria brasileira passou por mudanças na competitividade, devido à expressiva redução da alíquota de importação e a estabilidade monetária. Dessa forma, de acordo com IPARDES (2002b) pode-se destacar dois cenários concorrenciais diferentes pelos quais a indústria brasileira passou nos últimos 20 anos:

- O primeiro cenário teve suas origens no modelo de substituição de importações e moldou-se no ambiente de estagnação e instabilidade econômica dos anos oitenta. Essa situação acabou por restringir o crescimento da capacidade instalada, a eliminação da obsolescência e a modernização da produção, o que junto com a orientação protecionista, transferiu a capacidade competitiva das empresas do setor produtivo para o financeiro (negociação eficiente de preços, custos e prazos).
- O segundo cenário, nos anos 90, foi marcado pela abertura comercial, globalização e estabilização monetária. As conseqüências dessas transformações foram, então, uma reorientação estratégica para a produção, visando ganhos de eficiência e avanços de escala (requisitos fundamentais a inserção mundial), com impactos sobre a concentração dos mercados.

No período de 1985-2000, os índices mostram a elevação da competitividade da indústria paranaense devido mais a aumentos de escala do que de produtividade, de acordo com o GRÁFICO 5. No entanto, percebe-se que no período de 1995-2000, houve uma inversão de posições, na qual o crescimento da eficiência (22,9%) supera os de escala (14,6%). O que pode estar relacionado à racionalização do trabalho, à modernização do estoque de capital

do conjunto da indústria do Estado e ao fato de que nesse período o crescimento da produtividade é determinado pelas firmas de maior porte. (IPARDES, 2002b, p. 33-36).

GRÁFICO 5 – TAXAS DE CRESCIMENTO DA ESCALA E DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA DO PARANÁ – 1985-2000 (EM %).



FONTE: IPARDES

Outro fato importante que se pode notar em relação à competitividade e o comércio exterior, é que as indústrias de menor dinamismo competitivo (principalmente nos ramos fornecedores e tradicionais) tiveram menos necessidade de importar insumos do que as mais dinâmicas. Isso se deve em grande parte pela disposição local de matéria-prima (recursos naturais) que acaba compensando o menor ritmo de progresso tecnológico.

As indústrias tecnológicas de grande dinamismo competitivo tornaram-se mais dependentes de insumos estrangeiros para alcançar a sua competitividade no mercado internacional, e isso fica claro na evolução do CI (saltou de 11,1% em 1990 para 30,07% em 2000) e do CP (5,73% em 1990 para 22,88% em 2000). Pode-se destacar ainda a indústria automotiva e os segmentos de fertilizantes e inseticidas, e equipamentos eletroeletrônicos e de telecomunicações, que apresentaram CI próximo aos 35% em 2000 (ver anexo, tabelas 6):

Por efeito da orientação da política econômica ao processo de abertura, em detrimento de estratégias de substituição de importações, a competitividade dos complexos industriais locais veio sendo complementada por considerável aumento da importação de insumos – de custos provavelmente mais baixos, de maior atualização tecnológica ou que, no limite, não são ofertados nem no Estado nem em outra região do País. Destacam-se nesse processo, os seguintes ramos: fertilizantes e inseticidas, equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia, partes e acessórios e outras partes da automobilística e tratores e máquinas. (IPARDES, 2002a, p. 20).

De acordo com IPARDES (2002a), existem, no entanto, obstáculos claros para o desenvolvimento de indústrias fornecedoras nesses ramos, como por exemplo: (i) falta de capacidade tecnológica, dificultando a entrada de empresas locais no fornecimento de empresas com atuação mundial; (ii) manutenção, pelos grupos mundiais aqui instalados, tanto em insumos como em produtos finais, da inovação tecnológica em centros de desenvolvimento internacionais, fazendo das unidades locais meras receptoras de tecnologia; e (iii) subordinação das empresas locais às decisões de estratégias globais de fornecimento das multinacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos comentados até aqui sobre a abertura comercial nos anos noventa, pode-se concluir que houve, de uma maneira geral, uma substancial elevação do coeficiente importado e redução das margens de lucro das empresas (pois a proteção comercial excessiva permite lucros abusivos e desestimula a inovação tecnológica que possa gerar reduções de custos e ganhos de produtividade).

A partir de 1995, a estabilidade de preços e as reduzidas tarifas de importação, proporcionaram um aumento da produtividade (oriundo também, da entrada de insumos tecnologicamente mais avançados no país).

No entanto, o processo de liberalização do comércio ocorrido no Brasil a partir dos anos noventa, não foi feito de modo a garantir a inserção dos produtos nacionais no mercado internacional (que pode ser comprovado pelos baixos coeficientes de exportação do período analisado) e de preservar o espaço do produtor local em relação aos produtos importados.

A falta de planejamento e estratégia comercial ficou claro também no Mercosul, que apesar de ter elevado o comércio entre os países membros, falhou quando não proporcionou um melhor posicionamento deles ante o comércio internacional. Ou seja, o Mercosul foi pouco explorado como instrumento para expandir a competitividade do bloco perante o resto do mundo e, dessa forma, aumentar suas exportações totais.

Um impacto significativo foi o movimento de concentração e especialização da indústria, principalmente nos setores intensivos em economias de escala, como por exemplo, os bens de capital e bens de consumo duráveis.

No Paraná, assim como no Brasil, a abertura comercial pouco contribuiu para a capacidade exportadora, permanecendo o grupo Fornecedor (agroindústria) com a maior participação na pauta de exportações da indústria paranaense (47,79%). Apesar disso, notam-se algumas alterações na estrutura da pauta, como o aumento da participação do grupo Tecnológico (28,97%),

particularmente a indústria automotiva, e queda do grupo Tradicional (23,24%), principalmente a indústria de alimentos e couros e peles (ver anexo, tabela 8).

Em compensação, os impactos sobre as importações de insumos aumentaram significativamente, com uma ampliação da participação dos segmentos tecnológicos na pauta (69,12%) (conforme a tabela 9, em anexo).

Percebe-se também que os setores mais dinâmicos se tornaram mais dependentes de insumos importados (apontando para uma insuficiência das cadeias locais de fornecimento) do que os setores de menor dinamismo competitivo, cujas importações tinham um caráter mais complementar.

Destaca-se ainda que algumas indústrias acabaram fechando por não conseguirem competir com os produtos importados, e outras apesar de bastante competitivas, foram incorporadas as grandes multinacionais, como foi o caso da Batavo que foi vendida à Parmalat. Esse impacto qualitativo também esteve presente durante o período analisado.

ANEXO

TABELA 5 - COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO (CE) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000.

(CONTINUA)

GRUPO INDUSTRIAL	CE (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Eletroeletrônica e de telecomunicações					
Equip. eletroeletrônicos e de telecomunicações	2,29	0,41	6,79	5,22	1,65
Equip. de geração, transm. E distribuição de eletricidade	1,76	4,59	2,73	9,39	8,28
Instrum. médicos, ótica e aparelhos de medição e controle	1,25	1,52	2,64	3,06	2,12
Aparelhos e equipamentos domésticos	-	2,84	2,70	4,98	5,13
Partes e peças do material elétrico e de comunicação	-	1,98	0,00	0,03	0,44
Total	1,84	1,70	4,44	5,51	3,57
Máquinas e equipamentos					
Tratores, máquinas e aparelhos de terraplanagem	13,64	8,43	14,33	14,43	8,27
Máquinas, ferramentas e máq. Operatnzes e caldeiras	1,83	7,48	3,11	6,75	5,60
Outros produtos da mecânica	15,80	2,64	3,19	3,81	2,01
Total	5,01	6,71	8,34	9,86	6,20
Automotiva					
Automóveis e caminhões	14,16	6,26	0,48	19,71	20,90
Partes e acessórios da automobilística	5,57	28,45	30,97	30,85	18,51
Outras partes e peças da automobilística	0,14	0,94	4,74	6,12	3,44
Total	9,53	13,17	9,11	21,60	19,52
Produtos químicos					
Pigmentos, tintas, vernizes e lacas	0,60	1,38	0,71	2,34	5,96
Fertilizantes e inseticidas	0,26	1,28	1,61	1,95	2,99
Fibras e borrachas artificiais e sintéticas	-	3,63	2,64	0,28	0,29
Medicamentos, perfumaria e cosméticos	10,35	1,75	4,64	2,99	4,36
Total	1,60	1,60	2,15	2,16	3,37
Total Grupo Tecnológico	5,13	5,91	6,11	12,55	11,63
Extrativa e minerais não-metálicos					
Extrativa-mineral	3,47	1,45	4,56	8,04	10,25
Cimento e clínquer	-	-	-	-	0,03
Fabncação de azulejos e material sanitário de cerâmica	16,33	60,94	24,89	21,87	15,57
Outros minerais não-metálicos	0,68	0,71	0,87	0,74	0,66
Total	3,42	11,64	5,00	4,24	3,86
Siderurgia e metalurgia					
Siderurgia	0,09	2,20	1,02	4,72	5,99
Estruturas metálicas e artefatos de serralhena	0,37	1,47	3,24	3,52	4,05
Outros produtos da metalurgia	0,49	1,25	1,38	2,44	3,31
Total	0,33	1,57	1,79	3,19	4,10
Petroquímica					
Produtos químicos primários e intermediários	1,32	5,05	3,40	4,00	0,91
Destilação de álcool	-	1,71	6,05	6,84	7,40
Refino de petróleo e produtos do xisto e do carvão	7,32	3,31	1,18	0,39	4,14
Produtos químicos de higiene e limpeza	2,20	1,11	1,29	1,32	1,03
Total	6,49	3,11	2,23	4,78	3,61
Madeira					
Chapas e placas de madeira	13,75	19,15	19,14	39,49	29,42
Desdobramento da madeira	7,71	17,29	22,51	30,62	36,20
Estruturas de madeira	2,29	15,45	25,02	38,55	18,20
Total	8,89	18,01	21,06	35,08	31,47
Papel e gráfica					
Fabncação de papel e papelão	9,00	17,44	7,64	9,04	6,27
Editorial e gráfica	0,00	2,03	1,74	3,89	4,12
Total	7,27	14,74	6,30	8,04	5,89
Agroindústria					
Fiação e tecelagem	18,11	9,54	14,31	11,65	9,79
Óleos e gorduras vegetais	39,11	35,80	24,70	34,25	31,61
Rações e alimentos preparados para animais	-	8,51	2,60	4,57	0,89
Fumo	11,75	42,05	51,45	0,75	2,26
Total	27,53	31,31	24,76	29,42	24,05
Total Grupo Fornecedor	11,83	16,57	12,04	20,72	16,29

TABELA 5 - COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO (CE) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000

GRUPO INDUSTRIAL	CE (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
(CONCLUSÃO)					
Alimentos					
Beneficiamento de café, mate, grãos e fibras	2,94	10,73	3,36	4,12	13,69
Moagem de trigo	-	0,00	0,19	0,01	0,33
Panificio e pastificio	0,09	0,04	0,50	0,22	0,22
Café	59,56	44,41	45,04	35,26	48,40
Milho, mandioca e seus derivados e farinhas diversas	22,89	10,16	5,17	2,86	2,23
Sucos e conservas de frutas e legumes	-	7,88	8,42	24,62	24,57
Refeições e alimentos conservados	-	0,22	-	0,10	-
Abate de bovinos e preparação de carnes e subprodutos	0,76	0,03	1,70	5,26	4,14
Abate de suínos e preparação de carnes e subprodutos	-	0,35	4,15	7,42	12,52
Abate de aves e preparação de carnes e subprodutos	19,68	21,74	2,38	5,11	5,33
Abate de reses e aves e preparação de carnes e subprodutos	9,45	3,27	3,38	8,74	6,32
Abate de outros animais e preparação de carnes e subprodutos	-	8,92	19,73	19,85	15,09
Leite e derivados	-	0,00	0,94	1,12	0,39
Açúcar e adoçantes naturais	-	9,06	17,68	16,05	18,65
Fabricação de balas, chocolates e sorvetes	-	1,21	2,05	0,06	0,06
Total	10,02	8,17	4,22	5,44	8,16
Couros e peles					
Couros e peles	27,03	24,40	22,86	25,91	19,76
Total	27,03	24,40	22,86	25,91	19,76
Malharia e confecções					
Malharia e outros produtos têxteis	-	1,71	2,15	0,92	1,06
Confecções	0,40	0,61	0,60	0,90	1,31
Total	0,26	0,82	0,83	0,90	1,27
Bebidas					
Cervejas, chopp e malte	0,02	0,08	0,29	0,69	0,52
Refrigerantes	-	0,01	0,06	0,06	0,08
Refrescos naturais - mate solúvel e outras bebidas	0,03	0,72	0,64	1,11	1,42
Total	0,01	0,10	0,21	0,33	0,42
Mobiliário					
Artefatos de madeira, bambu, vime e cortiça	0,70	2,78	3,54	3,64	2,38
Mobiliário	0,38	3,41	2,31	4,40	5,21
Total	0,41	3,09	2,92	4,02	3,80
Artefatos de papel e papelão					
Fabricação de artefatos de papel e papelão	1,04	1,28	2,53	2,09	3,47
Total	1,04	1,28	2,53	2,09	3,47
Artigos de materias plásticas					
Artigos de materias plásticas	2,63	3,09	7,74	13,43	3,65
Total	2,63	3,09	7,74	13,43	3,65
Total Grupo Tradicional	8,31	6,26	4,17	5,92	6,11
Média da indústria	5,82	7,94	7,59	8,71	7,88
Total da Indústria	9,14	10,61	8,00	13,42	11,47

FONTE: IPARDES

TABELA 6 - COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO (CI) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000

GRUPO INDUSTRIAL	CI (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Eletroeletrônica e de telecomunicações					
Equip. eletroeletrônicos e de telecomunicações	29,01	36,14	19,24	28,78	34,48
Equip. de geração, transm. E distribuição de eletricidade	3,83	8,00	19,85	20,58	20,23
Instrum. médicos, ótica e aparelhos de medição e controle	20,15	25,16	14,07	19,88	13,87
Aparelhos e equipamentos domésticos	0,01	6,42	9,86	5,77	7,32
Partes e peças do material elétrico e de comunicação	-	5,48	71,19	57,09	32,43
Total	20,72	22,93	18,97	24,02	24,70
Máquinas e equipamentos					
Tratores, máquinas e aparelhos de terraplanagem	0,85	33,43	24,31	30,30	26,29
Máquinas, ferramentas e máq. Operatrizes e caldeiras	1,69	7,76	24,28	20,03	11,10
Outros produtos da mecânica	9,66	6,90	5,78	1,42	21,19
Total	2,19	19,30	20,35	22,85	20,18
Automotiva					
Automóveis e caminhões	10,12	19,22	4,58	43,32	35,45
Partes e acessórios da automobilística	10,67	28,48	35,86	40,73	35,27
Outras partes e peças da automobilística	0,13	0,34	4,46	23,97	14,55
Total	9,70	20,19	11,94	42,40	34,43
Produtos químicos					
Pigmentos, tintas, vernizes e lacas	1,82	5,05	3,68	7,21	10,10
Fertilizantes e inseticidas	17,13	23,73	30,05	29,26	34,77
Fibras e borrachas artificiais e sintéticas	-	9,23	14,71	2,03	2,05
Medicamentos, perfumaria e cosméticos	8,84	18,88	16,77	13,67	4,81
Total	14,04	20,59	25,75	24,33	30,66
Total Grupo Tecnológico	11,10	20,95	18,30	32,71	30,07
Extrativa e minerais não-metálicos					
Extrativa-mineral	0,03	0,46	0,69	0,24	2,69
Cimento e clínquer	-	-	2,21	5,32	12,37
Fabricação de azulejos e material sanitário de cerâmica	0,30	64,92	26,69	1,79	1,33
Outros minerais não-metálicos	2,62	8,98	12,64	7,16	5,18
Total	1,39	21,32	12,28	5,29	5,96
Siderurgia e metalúrgica					
Siderurgia	2,81	1,42	1,12	1,69	1,17
Estruturas metálicas e artefatos de serralheria	-	1,09	1,76	1,31	0,21
Outros produtos da metalurgia	3,76	2,29	2,90	3,53	1,19
Total	2,74	1,74	2,16	2,62	1,08
Petroquímica					
Produtos químicos primários e intermediários	5,50	13,31	11,70	11,31	8,20
Destilação de álcool	-	-	-	-	-
Refino de petróleo e produtos do xisto e do carvão	0,85	42,61	24,91	0,13	6,02
Produtos químicos de higiene e limpeza	2,60	0,62	0,49	0,72	0,92
Total	0,98	31,88	17,08	2,90	4,35
Madeira					
Chapas e placas de madeira	0,37	4,41	7,81	6,64	6,77
Desdobramento da madeira	4,61	2,49	6,87	5,32	2,14
Estruturas de madeira	3,37	0,31	0,85	0,96	1,29
Total	3,23	3,25	6,99	5,72	4,81
Papel e gráfica					
Fabricação de papel e papelão	15,72	16,53	10,97	17,06	14,30
Editorial e gráfica	2,87	4,21	9,15	6,93	10,31
Total	13,65	14,18	10,54	14,93	13,53
Agronegócio					
Fiação e tecelagem	9,00	5,38	7,13	7,28	6,96
Óleos e gorduras vegetais	0,12	1,12	3,38	9,60	5,29
Rações e alimentos preparados para animais	0,02	1,27	3,31	2,80	1,47
Fumo	2,35	30,66	3,19	2,56	1,21
Total	1,47	3,75	3,65	8,73	4,75
Total Grupo Fornecedor	2,49	12,18	8,16	7,97	5,51

TABELA 6 - COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO (CI) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000

GRUPO INDUSTRIAL	CI (%)					(CONCLUSÃO)
	1990	1995	1998	1999	2000	
Alimentos						
Beneficiamento de café, mate, grãos e fibras	0,64	7,53	3,16	3,06	6,58	
Moagem de trigo	-	13,93	15,62	25,99	20,88	
Panificação e pastificio	1,60	1,23	1,57	0,62	0,27	
Café	0,35	0,88	1,05	0,46	0,44	
Milho, mandioca e seus derivados e farinhas diversas	0,77	1,20	1,53	6,01	4,13	
Sucos e conservas de frutas e legumes	25,23	31,80	31,40	15,03	18,60	
Refeições e alimentos conservados	-	0,35	4,21	0,00	-	
Abate de bovinos e preparação de carnes e subprodutos	6,31	0,06	1,40	0,43	1,01	
Abate de suínos e preparação de carnes e subprodutos	6,78	0,93	0,26	0,64	2,28	
Abate de aves e preparação de carnes e subprodutos	10,62	0,93	0,48	0,55	0,50	
Abate de reses e aves e preparação de carnes e subprodutos	0,91	1,44	-	0,07	0,28	
Abate de outros animais e preparação de carnes e subprodutos	-	1,11	0,40	0,35	0,03	
Leite e derivados	0,62	0,92	0,49	0,30	0,08	
Açúcar e adoçantes naturais	-	2,55	2,22	0,94	11,10	
Fabricação de balas, chocolates e sorvetes	-	0,28	0,15	0,07	2,67	
Total	2,42	3,95	2,86	3,72	3,57	
Couros e peles						
Couros e peles	0,79	2,22	1,08	1,12	0,97	
Total	0,79	2,22	1,08	1,12	0,97	
Malharia e confecções						
Malharia e outros produtos têxteis	0,13	4,25	3,52	1,45	3,82	
Confecções	0,35	2,25	0,53	1,54	1,14	
Total	0,28	2,60	0,95	1,53	1,59	
Bebidas						
Cervejas, chopp e malte	0,08	9,35	22,14	18,44	20,17	
Refrigerantes	-	1,22	0,02	0,14	0,01	
Refrescos naturais, mate solúvel e outras bebidas	-	1,15	2,82	0,34	0,10	
Total	0,02	3,13	7,45	4,87	7,21	
Mobiliário						
Artefatos de madeira, bambu, vime e cortiça	4,76	0,88	2,54	4,88	4,84	
Mobiliário	0,30	1,76	2,48	4,48	6,98	
Total	0,68	1,64	2,49	4,52	6,79	
Artefatos de papel e papelão						
Fabricação de artefatos de papel e papelão	1,23	1,24	3,49	9,32	14,55	
Total	1,23	1,24	3,49	9,32	14,55	
Artigos de matérias plásticas						
Artigos de matérias plásticas	2,51	7,93	8,24	7,91	9,58	
Total	2,51	7,93	8,24	7,91	9,58	
Total Grupo Tradicional	1,91	3,59	3,27	4,27	5,11	
Média da Indústria	3,91	8,90	9,12	9,01	8,73	
Total da Indústria	4,28	11,79	9,80	15,85	15,20	

FONTE: IPARDES.

TABELA 7 - COEFICIENTES DE PENETRAÇÃO (CP) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000

(CONTINUA)

GRUPO INDUSTRIAL	CP (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Eletroeletrônica e de telecomunicações					
Equip. eletroeletrônicos e de telecomunicações	15.33	19.92	16.40	23.84	29.01
Equip. de geração, transm. E distribuição de eletricidade	1.59	4.94	12.60	13.39	14.33
Instrum. médicos, ótica e aparelhos de medição e controle	5.48	12.02	9.22	11.37	7.59
Aparelhos e equipamentos domésticos	0.00	3.74	6.11	3.87	5.31
Partes e peças do material elétrico e de comunicação	-	3.25	38.44	36.50	22.37
Total	9.41	12.94	13.82	17.17	18.06
Máquinas e equipamentos					
Tratores, máquinas e aparelhos de terraplanagem	0.49	26.84	17.76	22.92	21.88
Máquinas, ferramentas e máq. Operatrizes e caldeiras	0.82	4.89	16.24	11.23	6.65
Outros produtos da mecânica	4.58	4.58	3.77	0.92	16.03
Total	1.09	13.66	14.12	15.15	14.59
Automotiva					
Automóveis e caminhões	6.48	11.25	3.52	37.86	28.33
Partes e acessórios da automobilística	4.05	15.79	22.32	25.99	25.67
Outras partes e peças da automobilística	0.08	0.25	3.48	18.63	11.09
Total	5.05	11.84	8.70	34.91	26.90
Produtos químicos					
Pigmentos, tintas, vernizes e lacas	1.01	3.29	2.56	5.88	6.81
Fertilizantes e inseticidas	11.71	17.08	26.08	22.45	27.88
Fibras e borrachas artificiais e sintéticas	-	5.93	10.26	1.41	1.38
Medicamentos, perfumaria e cosméticos	3.79	11.16	10.43	8.81	2.61
Total	8.82	14.11	20.65	18.10	23.61
Total Grupo Tecnológico	5.73	12.97	13.50	24.90	22.88
Extrativa e minerais não-metálicos					
Extrativa-mineral	0.01	0.16	0.27	0.08	0.88
Cimento e clínquer	-	-	0.77	1.58	3.15
Fabricação de azulejos e material sanitário de cerâmica	0.09	49.52	15.79	0.89	0.74
Outros minerais não-metálicos	1.13	5.32	7.88	4.36	3.23
Total	0.53	11.60	6.33	2.37	2.55
Siderurgia e metalúrgica					
Siderurgia	1.78	0.94	0.78	1.22	0.85
Estruturas metálicas e artefatos de serralhena	-	0.77	1.16	0.91	0.16
Outros produtos da metalurgia	2.17	1.60	2.11	2.47	0.87
Total	1.62	1.20	1.52	1.84	0.79
Petroquímica					
Produtos químicos primários e intermediários	2.29	7.27	5.35	6.42	5.05
Destilação de álcool	-	-	-	-	-
Refino de petróleo e produtos do xisto e do carvão	0.41	23.46	11.12	0.07	3.63
Produtos químicos de higiene e limpeza	1.41	0.43	0.37	0.55	0.70
Total	0.48	18.11	8.48	1.76	2.72
Madeira					
Chapas e placas de madeira	0.19	2.75	5.07	3.90	3.99
Desdobramento da madeira	1.95	1.41	4.12	2.78	1.25
Estruturas de madeira	1.60	0.20	0.56	0.58	0.89
Total	1.45	1.93	4.38	3.18	2.84
Papel e gráfica					
Fabricação de papel e papelão	7.42	7.62	5.84	8.82	7.59
Editonal e gráfica	1.09	2.15	5.16	3.96	6.20
Total	6.20	6.66	5.69	7.88	7.35
Agroindústria					
Fiação e tecelagem	4.68	3.94	5.52	4.81	4.65
Óleos e gorduras vegetais	0.08	0.98	3.10	8.57	4.94
Rações e alimentos preparados para animais	0.02	1.09	2.58	2.31	1.26
Fumo	0.79	19.28	1.44	2.28	1.03
Total	0.84	3.12	3.06	7.61	4.25
Total Grupo Fornecedor	1.25	7.98	5.25	5.66	3.91

**TABELA 7 - COEFICIENTES DE PENETRAÇÃO (CP) DA
INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000**

(CONCLUSÃO)

GRUPO INDUSTRIAL	CP (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Alimentos					
Beneficiamento de café, mate, grãos e fibras	0,44	6,38	2,69	2,41	5,14
Moagem de trigo	-	9,49	11,90	19,37	16,80
Panificão e pastificio	1,21	0,93	1,14	0,46	0,20
Café	0,28	0,80	0,89	0,38	0,38
Milho, mandioca e seus derivados e farinhas diversas	0,64	0,84	1,12	4,56	2,94
Sucos e conservas de frutas e legumes	16,04	24,68	23,61	9,66	13,78
Refeições e alimentos conservados	-	0,30	3,25	0,00	-
Abate de bovinos e preparação de carnes e subprodutos	5,16	0,06	1,19	0,37	0,86
Abate de suínos e preparação de carnes e subprodutos	4,98	0,75	0,22	0,54	1,90
Abate de aves e preparação de carnes e subprodutos	7,75	0,62	0,41	0,45	0,41
Abate de reses e aves e preparação de carnes e subprodutos	0,58	0,92	-	0,05	0,22
Abate de outros animais e preparação de carnes e subprodutos	-	0,89	0,29	0,26	0,02
Lite e derivados	0,45	0,75	0,40	0,25	0,07
Açúcar e adoçantes naturais	-	2,17	1,97	0,58	7,73
Fabncação de balas, chocolates e sorvetes	-	0,15	0,09	0,05	1,87
Total	1,70	3,05	2,31	2,96	2,88
Couros e peles					
Couros e peles	0,53	1,62	0,85	0,87	0,82
Total	0,53	1,62	0,85	0,87	0,82
Malharia e confecções					
Malharia e outros produtos têxteis	0,07	3,13	2,67	1,04	3,26
Confecções	0,22	1,76	0,43	1,25	0,91
Total	0,17	2,01	0,76	1,23	1,29
Bebidas					
Cervejas, chopp e malte	0,01	2,67	11,66	9,26	8,57
Refrigerantes	-	0,91	0,01	0,10	0,01
Refrescos naturais, mate solúvel e outras bebidas	-	0,73	1,58	0,23	0,06
Total	0,01	1,67	4,86	3,22	4,28
Mobiliário					
Artefatos de madeira, bambu, vime e cortiça	2,15	0,54	1,44	2,76	2,75
Mobiliário	0,16	1,13	1,73	3,24	5,02
Total	0,36	1,04	1,69	3,19	4,77
Artefatos de papel e papelão					
Fabncação de artefatos de papel e papelão	0,74	0,81	2,53	5,13	7,48
Total	0,74	0,81	2,53	5,13	7,48
Artigos de matênas plásticas					
Artigos de matênas plásticas	0,98	4,70	5,49	5,85	6,99
Total	0,98	4,70	5,49	5,85	6,99
Total Grupo Tradicional	1,21	2,57	2,51	3,23	3,83
Media da Industria	2,08	5,69	5,93	6,18	6,10
Total da Industria	2,33	7,81	6,94	11,76	11,28

FONTE: IPARDES.

**TABELA 8 - ESTRUTURA DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DA
INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000**

(CONTINUA)

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Eletroeletrônica e de telecomunicações					
Equip. eletroeletrônicos e de telecomunicações	1,62	0,44	7,68	2,97	1,03
Equip. de geração, transm. e distribuição de eletricidade	0,43	0,88	1,22	2,35	2,60
Instrum. médicos, ótica e aparelhos de medição e controle	0,25	0,20	0,72	0,57	0,59
Aparelhos e equipamentos domésticos	-	0,60	0,45	0,51	0,59
Partes e peças do material elétrico e de comunicação	-	0,00	0,00	0,00	0,06
Total	2,30	2,12	10,07	6,40	4,86
Máquinas e equipamentos					
Tratores, máquinas e aparelhos de terraplanagem	1,56	1,79	3,71	2,58	1,54
Máquinas ferramentas e máq. Operatrizes e caldeiras	2,10	3,19	1,20	2,36	2,30
Outros produtos da mecânica	1,41	0,50	0,60	0,31	0,20
Total	5,07	5,48	5,52	5,25	4,04
Automotiva					
Automóveis e caminhões	2,97	1,50	0,20	9,96	14,46
Partes e acessórios da automobilística	1,07	3,86	5,37	4,12	3,98
Outras partes e peças da automobilística	0,00	0,05	0,24	0,17	0,24
Total	4,05	5,41	5,81	14,25	18,68
Produtos químicos					
Pigmentos, tintas, vernizes e lacas	0,02	0,04	0,02	0,09	0,42
Fertilizantes e inseticidas	0,04	0,22	0,41	0,38	0,76
Fibras e borrachas artificiais e sintéticas	-	0,18	0,26	0,00	0,00
Medicamentos, perfumaria e cosméticos	0,74	0,19	0,62	0,42	0,21
Total	0,80	0,63	1,31	0,90	1,39
Total Grupo Tecnológico	12,22	13,65	22,70	26,80	28,97
Extrativa e minerais não-metálicos					
Extrativa-mineral	0,62	0,20	0,85	0,73	1,00
Cimento e clínquer	-	-	-	-	0,00
Fabncação de azulejos e material sanitário de cerâmica	0,82	2,26	0,96	0,44	0,42
Outros minerais não-metálicos	1,27	0,96	1,27	0,53	0,43
Total	2,71	3,42	3,08	1,70	1,85
Siderurgia e metalurgia					
Siderurgia	0,03	0,40	0,25	0,63	1,14
Estruturas metálicas e artefatos de serralhena	0,02	0,09	0,28	0,15	0,10
Outros produtos da metalurgia	0,63	1,04	1,69	2,12	4,00
Total	0,68	1,53	2,22	2,90	5,23
Petroquímica					
Produtos químicos primários e intermediários	0,07	0,28	0,25	0,16	0,07
Destilação de álcool	-	0,08	0,44	0,18	0,16
Refino de petróleo e produtos do xisto e do carvão	15,18	4,23	2,02	0,01	0,38
Produtos químicos de higiene e limpeza	0,08	0,04	0,05	0,04	0,04
Total	15,33	4,63	2,76	0,40	0,66
Madeira					
Chapas e placas de madeira	0,91	1,97	2,26	3,38	3,68
Desdobramento da madeira	3,14	5,54	6,78	7,04	7,12
Estruturas de madeira	0,11	0,40	0,84	0,93	0,40
Total	4,16	7,91	9,87	11,36	11,20
Papel e gráfica					
Fabricação de papel e papelão	2,83	8,12	3,36	2,94	2,65
Editonal e gráfica	0,00	0,55	0,62	0,84	1,01
Total	2,83	8,67	3,98	3,78	3,66
Agroindústria					
Fiação e tecelagem	6,34	2,65	4,01	1,82	2,46
Óleos e gorduras vegetais	23,12	28,51	22,53	29,68	22,55
Rações e alimentos preparados para animais	-	0,95	0,32	0,53	0,14
Fumo	3,15	4,81	7,43	0,01	0,04
Total	32,60	36,92	34,29	32,03	25,19
Total Grupo Fornecedor	58,31	63,07	56,19	52,16	47,79

**TABELA 8 - ESTRUTURA DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DA
INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000**

(CONCLUSÃO)

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Alimentos					
Beneficiamento de café, mate, grãos e fibras	1,67	5,68	1,37	0,84	2,75
Moagem de trigo	-	0,00	0,01	0,00	0,01
Panificio e pastificio	0,01	0,00	0,04	0,01	0,01
Café	6,18	2,93	2,19	1,26	3,29
Milho, mandioca e seus derivados e farinhas diversas	3,98	1,18	0,64	0,27	0,23
Sucos e conservas de frutas e legumes	-	0,16	0,25	0,65	0,52
Refeições e alimentos conservados	-	0,01	-	0,00	-
Abate de bovinos e preparação de carnes e subprodutos	0,14	0,00	0,55	0,92	0,76
Abate de suínos e preparação de carnes e subprodutos	-	0,01	0,13	0,15	0,55
Abate de aves e preparação de carnes e subprodutos	0,60	0,58	0,20	0,33	0,31
Abate de reses e aves e preparação de carnes e subprodutos	1,31	0,28	0,06	0,10	0,07
Abate de outros animais e preparação de carnes e subprodutos	-	0,16	0,34	0,26	0,23
Leite e derivados	-	0,00	0,21	0,15	0,06
Açúcar e adoçantes naturais	-	0,67	1,62	0,54	0,82
Fabricação de balas, chocolates e sorvetes	-	0,02	0,05	0,00	0,00
Total	13,90	11,70	7,66	5,48	9,61
Couros e peles					
Couros e peles	14,16	7,08	5,20	4,46	5,13
Total	14,16	7,08	5,20	4,46	5,13
Malharia e confecções					
Malharia e outros produtos têxteis	-	0,42	0,49	0,13	0,23
Confecções	0,06	0,41	0,50	0,51	0,93
Total	0,06	0,83	0,99	0,64	1,16
Bebidas					
Cervejas, chopp e malte	0,00	0,00	0,02	0,02	0,03
Refrigerantes	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Refrescos naturais, mate solúvel e outras bebidas	0,00	0,03	0,03	0,02	0,05
Total	0,00	0,03	0,05	0,05	0,08
Mobiliário					
Artefatos de madeira, bambu, vime e cortiça	0,08	0,31	0,49	0,25	0,20
Mobiliário	0,26	1,64	1,42	1,78	2,47
Total	0,33	1,94	1,91	2,03	2,67
Artefatos de papel e papelão					
Fabricação de artefatos de papel e papelão	0,32	0,38	0,73	0,57	1,72
Total	0,32	0,38	0,73	0,57	1,72
Artigos de matérias plásticas					
Artigos de matérias plásticas	0,69	1,31	4,57	7,81	2,87
Total	0,69	1,31	4,57	7,81	2,87
Total Grupo Tradicional	29,46	23,28	21,10	21,03	23,24
Total da Indústria	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES.

**TABELA 9 - ESTRUTURA DA PAUTA DE IMPORTAÇÃO DE INSUMOS
DA INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000**

(CONTINUA)

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Eletroeletrônica e de telecomunicações					
Equip. eletroeletrônicos e de telecomunicações	32,75	20,45	16,58	15,59	17,77
Equip. de geração, transm. E distribuição de eletricidade	1,17	0,93	5,02	3,84	4,41
Instrum. médicos, ótica e aparelhos de medição e controle	3,37	1,56	2,24	2,42	2,07
Aparelhos e equipamentos domésticos	0,00	0,77	0,92	0,46	0,60
Partes e peças do material elétrico e de comunicação		0,00	1,65	2,22	3,09
Total	37,28	23,71	26,41	24,52	27,94
Máquinas e equipamentos					
Tratores, máquinas e aparelhos de terraplanagem	0,17	5,56	4,11	4,71	3,99
Máquinas, ferramentas e máq. Operatrizes e caldeiras	2,85	2,03	5,62	4,51	2,68
Outros produtos da mecânica	1,23	0,84	0,64	0,09	1,56
Total	4,25	8,43	10,37	9,30	8,23
Automotiva					
Automóveis e caminhões	4,11	2,63	1,33	21,96	19,25
Partes e acessórios da automobilística	2,36	2,09	3,46	3,99	5,42
Outras partes e peças da automobilística	0,01	0,01	0,16	0,59	0,75
Total	6,47	4,73	4,94	26,53	25,42
Produtos químicos					
Pigmentos, tintas, vernizes e lacas	0,12	0,10	0,08	0,26	0,47
Fertilizantes e inseticidas	5,32	2,79	5,85	5,05	6,93
Fibras e borrachas artificiais e sintéticas		0,28	0,90	0,02	0,01
Medicamentos, perfumaria e cosméticos	0,81	1,20	1,25	1,43	0,12
Total	6,25	4,38	8,08	6,76	7,54
Total Grupo Tecnológico	54,25	41,25	49,79	67,11	69,12
Extrativa e minerais não-metálicos					
Extrativa-mineral	0,00	0,02	0,05	0,01	0,08
Cimento e clínquer			0,05	0,10	0,20
Fabncação de azulejos e material sanitário de cerâmica	0,01	1,79	0,55	0,02	0,02
Outros minerais não-metálicos	6,32	6,96	10,26	3,58	2,10
Total	6,33	8,77	10,90	3,71	2,40
Siderurgia e metalurgia					
Siderurgia	1,82	0,17	0,17	0,19	0,16
Estruturas metálicas e artefatos de serralhena		0,04	0,09	0,05	0,00
Outros produtos da metalurgia	8,33	1,30	2,31	2,47	1,03
Total	10,16	1,51	2,57	2,70	1,19
Petroquímica					
Produtos químicos primários e intermediários	0,34	0,39	0,35	0,30	0,39
Destilação de álcool					
Refino de petróleo e produtos do xisto e do carvão	2,55	29,22	17,05	0,00	0,33
Produtos químicos de higiene e limpeza	0,15	0,02	0,01	0,02	0,03
Total	3,04	29,63	17,41	0,32	0,75
Madeira					
Chapas e placas de madeira	0,04	0,28	0,53	0,38	0,49
Desdobramento da madeira	2,40	0,44	1,11	0,74	0,24
Estruturas de madeira	0,24	0,00	0,02	0,02	0,02
Total	2,67	0,72	1,66	1,13	0,75
Papel e gráfica					
Fabncação de papel e papelão	7,03	3,45	2,30	3,29	3,15
Editonal e gráfica	0,68	0,57	1,64	0,98	1,50
Total	7,71	4,02	3,93	4,27	4,64
Agroindústria					
Fiação e tecelagem	4,94	1,07	1,38	0,86	1,15
Óleos e gorduras vegetais	0,14	0,76	2,53	8,52	3,46
Rações e alimentos preparados para animais	0,00	0,12	0,28	0,31	0,20
Fumo	0,64	2,15	0,19	0,02	0,02
Total	5,72	4,08	4,38	9,72	4,82
Total Grupo Fornecedor	35,63	48,73	40,85	21,85	14,55

**TABELA 9 - ESTRUTURA DA PAUTA DE IMPORTAÇÃO DE INSUMOS
INDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990-2000.**

GRUPO INDUSTRIAL	(CONCLUSÃO)				
	DISTRIBUIÇÃO (%)				
	1990	1995	1998	1999	2000
Alimentos					
Beneficiamento de café, mate, grãos e fibras	0,74	3,29	0,98	0,56	1,01
Moagem de trigo		0,31	0,46	0,71	0,46
Panificio e pastificio	0,49	0,08	0,09	0,03	0,01
Café	0,09	0,05	0,04	0,02	0,03
Milho, mandioca e seus derivados e farinhas diversas	0,34	0,10	0,12	0,49	0,29
Sucos e conservas de frutas e legumes	0,84	0,49	0,63	0,29	0,29
Refeições e alimentos conservados		0,01	0,07	0,00	
Abate de bovinos e preparação de carnes e subprodutos	2,83	0,00	0,35	0,07	0,16
Abate de suínos e preparação de carnes e subprodutos	0,28	0,03	0,01	0,01	0,08
Abate de aves e preparação de carnes e subprodutos	0,72	0,02	0,03	0,03	0,02
Abate de reses e aves e preparação de carnes e subprodutos	0,24	0,08		0,00	0,00
Abate de outros animais e preparação de carnes e subprodutos		0,02	0,00	0,00	0,00
Leite e derivados	0,09	0,08	0,08	0,04	0,01
Açúcar e adoçantes naturais		0,16	0,16	0,02	0,34
Fabricação de balas, chocolates e sorvetes		0,00	0,00	0,00	0,02
Total	6,66	4,71	3,02	2,29	2,72
Couros e peles					
Couros e peles	0,83	0,46	0,17	0,17	0,21
Total	0,83	0,46	0,17	0,17	0,21
Malharia e confecções					
Malharia e outros produtos têxteis	0,03	0,74	0,54	0,16	0,69
Confecções	0,10	1,14	0,32	0,82	0,64
Total	0,12	1,89	0,87	0,98	1,33
Bebidas					
Cervejas, chopp e malte	0,00	0,15	0,56	0,35	0,45
Refrigerantes		0,03	0,00	0,00	0,00
Refrescos naturais, mate solúvel e outras bebidas		0,03	0,06	0,01	0,00
Total	0,00	0,21	0,62	0,36	0,46
Mobiliário					
Artefatos de madeira, bambu, vime e cortiça	0,70	0,06	0,18	0,22	0,22
Mobiliário	0,33	0,53	0,95	1,50	2,34
Total	1,02	0,58	1,13	1,72	2,56
Artefatos de papel e papelão					
Fabricação de artefatos de papel e papelão	0,69	0,23	0,65	1,60	3,65
Total	0,69	0,23	0,65	1,60	3,65
Artigos de matérias plásticas					
Artigos de matérias plásticas	0,78	1,94	2,89	3,91	5,40
Total	0,78	1,94	2,89	3,91	5,40
Total Grupo Tradicional	10,12	10,02	9,35	11,04	16,33
Total da Indústria	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AVERBUG, A. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90.** In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M.M. (orgs.) **A Economia Brasileira nos Anos 90.** 1ª Ed. BNDES. Rio de Janeiro, 1999.

AVERBUG, M. **Mercosul: Expectativas e Realidade.** Revista BNDES, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.75-98, jun. 2002.

GONÇALVES, R. et al. **A Nova Economia internacional: Uma Perspectiva Brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IPARDES. **Crescimento, Reestruturação e Competitividade Industrial no Paraná – 1985/2000.** Curitiba, 2002b.

IPARDES. **A Integração Comercial da Indústria Paranaense nos anos 90.** Curitiba, 2002.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional Teoria e Política.** 5ª Ed. Makron Books. São Paulo, 2000.

MARKWALD, R. **O Impacto da Abertura Comercial sobre a Indústria Brasileira: balanço de uma década.** Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro: FUNCEX, n. 68, p. 4-25, jul./set. 2001.

MOREIRA, M.M. **A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se pode dizer?** In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M.M. (orgs.) **A Economia Brasileira nos Anos 90.** 1ª Ed. BNDES. Rio de Janeiro, 1999.

MOREIRA, M.M.; CORREIA, P.G. **A Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo.** BNDES: Rio de Janeiro, 1996. (TD. N. 49).

PRATES, T.M. **Abertura Comercial nos anos 90 no Brasil e Impacto Regional.** Dissertação de Mestrado. CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. **O Brasil na Década de 90: uma transação bem sucedida?** BNDES, 2001 (TD. N. 91).

ROSSI JR, J.L.; FERREIRA, P.C. **Evolução da Produtividade Industrial Brasileira e Abertura Comercial.** IPEA, Rio de Janeiro, 1999 (TD. N. 651).

VASCONCELOS, J.R.; CASTRO, D. **Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos no Anos 90.** IPEA: Brasília, 1999. (TD. N. 624).